



TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação direta por dispensa de licitação na modalidade eletrônica - Registro de Preços)

Processo n.º 2025-06285331

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para serviço de personalização de 600 (seiscentas) camisetas (t-shirts) destinadas aos participantes da Corrida EMERJ, quando requisitado pelo Gabinete da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, visando suprir as demandas da Instituição especificadas neste Termo de Referência, na forma do art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD.
1	Camisetas desenvolvidas em tecido sintético 100% poliéster ou Dry Fit, priorizando características funcionais essenciais: leveza, conforto térmico, alta respirabilidade e secagem rápida. A personalização será realizada por meio de estampa monocromática. As peças deverão ser fornecidas em cores sólidas e uniformes (em toda a extensão do lote), cobrindo a grade completa de tamanhos (PP, P, M, G, GG).	Un	600

1.2. As camisetas e as estampas deverão apresentar **cores sólidas**, vedadas tonalidades mescladas, fluorescentes ou com efeitos degradê.

1.2.1. As cores e tamanhos das camisetas, bem como as cores e o leiaute da personalização (estampa), serão definidos pela Administração e informados à contratada no momento de cada encomenda, devendo esta reproduzir fielmente as especificações comunicadas, conforme o leiaute aprovado pelo Setor de Design e Gestão de Imagem – SEDEG/EMERJ.

1.2.2. A personalização deverá ser executada com técnicas de serigrafia, gravação a laser, ou sublimação, garantindo nitidez e fidelidade de cores.

1.3. Os itens que compõem o objeto da execução do serviço são caracterizados como comuns, pois se enquadram na classificação nos termos do parágrafo único do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021: “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.”.

1.3.1. Dada a imprevisibilidade das quantidades e dos prazos de demanda, a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços.

1.4. O regime de execução contratual será a empreitada por menor preço.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. As justificativas e os objetivos da execução do serviço, para atender às necessidades da EMERJ, encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, adequando-se à solução de contratação pretendida, Anexo I (ETP) deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual do ano de 2025.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Parcelamento do Objeto

3.2.1. Para o objeto da execução do serviço de personalização de camisetas (t-shirts), optou-se pelo não parcelamento. Como a contratação pretendida se refere a um item único, a justificativa para o não-parcelamento é direta e se baseia na natureza indivisível do objeto. Qualquer tentativa de dividi-lo comprometeria sua funcionalidade, integridade ou economicidade, contrariando o interesse público. O objeto deste serviço de personalização por registro de preços, por sua essência, é indivisível, exigindo que a contratação do serviço de personalização seja feita completamente e por um único prestador. A divisão do objeto, neste caso, não seria somente tecnicamente inviável, mas também geraria custos adicionais significativos e comprometeria a qualidade do resultado.

A inviabilidade do parcelamento pode ser justificada por três razões principais. Primeiramente, a inviabilidade técnica é evidente quando o objeto da dispensa é um sistema, serviço ou produto cujos componentes estão intrinsecamente interligados. A quebra dessa unidade poderia levar a falhas de compatibilidade, perdas de desempenho e dificuldades na gestão de garantias. A contratação de um único prestador, por outro lado, garante a compatibilidade e a responsabilidade integral pela funcionalidade do objeto.

Em segundo lugar, a divisão do objeto pode causar um prejuízo econômico considerável. A economia de escala, obtida ao se contratar um único prestador para a totalidade do objeto, seria perdida. Custos de logística, embalagem, gestão de múltiplos contratos e taxas administrativas se multiplicariam, tornando a contratação mais cara e menos eficiente. O preço total de um item único é, em geral, mais vantajoso do que a soma dos preços de suas partes isoladas.

Por fim, a contratação de múltiplos prestadores para partes de um objeto indivisível geraria incerteza quanto à responsabilidade. Identificar quem é o responsável por um defeito, falha ou atraso se tornaria uma tarefa complexa e burocrática, prejudicando a eficiência na resolução de contratemplos. Com um único prestador, a responsabilidade é clara e a gestão do contrato é simplificada, garantindo maior segurança para a administração pública.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Embora a contratação em si não acarrete impacto ambiental, a executora do serviço deverá cumprir, no que couber, as orientações da Instrução Normativa nº 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Garantia Contratual

4.3.1. Não haverá exigência de garantia contratual em razão da natureza do objeto da aquisição.

4.4. Indicação e/ou Vedação de utilização de Marca ou Produto

4.4.1. O previsto neste item não se aplica à execução do serviço descrita neste Termo de Referência.

5. DO PRAZO

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação de seu extrato no DJERJ, prorrogável por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, mediante anuência do prestador do serviço, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Na prorrogação da vigência, será possível a renovação do quantitativo originalmente previsto.

6. DOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a respectiva amostra.

6.1.1. As amostras deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a data da convocação.

6.2. A solicitação se justifica pelo fato de o serviço a ser contratado ter características personalização de camisetas (t-shirts), demandando avaliação prévia para aferir se o objeto produzido pelo prestador atende integralmente à descrição dos itens, nos termos requisitados por este órgão.

6.3. O leiaute das camisetas (t-shirts) será elaborado pelo Setor de Design e Gestão de Imagem – SEDEG, sendo que a contratada receberá a arte para aplicação conforme especificações do aviso de dispensa e seus anexos.

6.4. A data, local e horário da realização da sessão de apresentação da amostra serão divulgados por mensagem no sistema.

6.4.1. A participação virtual será facultada a todos os interessados, incluindo os demais prestadores.

6.5. As amostras deverão ser apresentadas presencialmente no Gabinete do Diretor-Geral da EMERJ, situado na Rua Dom Manuel, n.º 25, 3º andar, sala 301, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20010- 090, e serão avaliadas pela equipe técnica da contratação, composta por representantes do GBEMERJ e demais servidores designados para tal finalidade. A entrega poderá ser presencial, por correio ou por logística de preferência do prestador.

6.5.1. No caso de envio pelos Correios ou transportadora, será considerada data de apresentação da amostra a data da postagem, desde que comprovada por documento oficial emitido pela empresa responsável pelo transporte.

6.6. As amostras deverão ser compostas pelos respectivos objetos físicos, na cor, modelo e técnica de personalização especificadas no aviso de dispensa e em seus anexos, no quantitativo de 01 (uma) unidade por item.

6.7. O prazo para avaliação das amostras será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, sendo lavrado relatório técnico pela equipe responsável, com a aprovação ou reprovação devidamente fundamentada.

6.8. No caso de não haver entrega da amostra, ou ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita, ou havendo

entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será desclassificada.

6.9. Critério de Avaliação das Amostras

6.9.1. Serão avaliados, no mínimo, os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, com base no disposto no art. 18 da Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), no que se refere à garantia de qualidade e adequação ao uso: Na forma do formulário de avaliação de amostras anexado a este Termo de Referência (Anexo VII), serão avaliados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) Qualidade do material;
- b) Atendimento integral às especificações previstas no Termo de Referência, respeitados modelo e material, correspondendo às imagens de referência constantes do Anexo I, contendo a personalização com a marca EMERJ;
- c) Embalagem individual adequada;
- d) Conformidade do acabamento, cores, modelo e detalhes com as especificações;
- e) Atendimento às medidas indicadas no aviso de dispensa e seus anexos;
- f) Utilização da técnica de personalização especificada no aviso de dispensa e seus anexos;
- g) Boa qualidade da impressão ou aplicação da logomarca, com perfeita visibilidade;
- h) Fidelidade da logomarca ao leiaute definido pelo SEDEG e constante no documento de referência.

6.9.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema Compras.gov e em publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

6.9.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aprovada(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a aprovação de uma que atenda às especificações desta instrução.

6.9.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração a título de amostra não serão computados no quantitativo a ser entregue e, em caso de reprovação, não gerarão direito a ressarcimento.

6.9.5. O local de entrega do material será o Gabinete do Diretor-Geral da EMERJ, situado no endereço informado no item 7.2.1., salvo disposição diversa na ordem de fornecimento.

6.9.6. Todas as despesas com envio de amostras e entrega correrão por conta da contratada.

7. DO MODELOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condição da Entrega

7.1.1. A contratação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), com entregas sob demanda conforme quantidades efetivamente requisitadas pela Administração, nos termos do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços.

7.1.2. O prazo de entrega do objeto da execução do serviço é de até **10 (dez) dias corridos**, contados do envio da Nota de Empenho ao fornecedor.

7.1.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.1.4. Os prazos previstos neste item se referem ao prazo de entrega dos objetos na EMERJ, e não à data de

despacho ou postagem.

7.1.5. Todas as despesas com envio dos objetos e entrega correrão por conta da executora do serviço, devendo esse valor já estar embutido no preço final de cada produto.

7.2. Local de entrega dos serviços

7.2.1. Os serviços serão entregues no seguinte endereço: Gabinete do Diretor-Geral da EMERJ, situado na Rua Dom Manuel, n.º 25, 3º andar, sala 301, Rio de Janeiro/ RJ – CEP 20010- 090.

7.2.2. O fiscal poderá recusar objetos que não sejam os especificados, que não correspondam à amostra aprovada, que não atendam ao padrão de qualidade necessário ou na hipótese de entrega irregular.

7.3. Obrigações da Unidade Requisitante e/ou da EMERJ

7.3.1. Prover as informações necessárias para que a executora do serviço possa dar andamento às suas atividades.

7.3.2. Fornecer ao pessoal técnico da executora do serviço, desde que identificado e incluído na relação de pessoas autorizadas, todos os esclarecimentos necessários ao perfeito fornecimento dos materiais.

7.3.3. Exercer a ampla fiscalização sobre os objetos executados pela contratada, exigindo o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas por esta, de acordo com este Termo de Referência e de sua proposta.

7.3.4. Sempre que necessário, solicitar informações da prestação do serviço, que será elaborado pela executora do serviço sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.3.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.3.6. Notificar a executora do serviço, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para ser por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

7.3.7. Efetuar o pagamento à executora do serviço do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

7.3.8. Aplicar à executora do serviço as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência.

7.3.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.3.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.4. Obrigações da executora do serviço

7.4.1. Fornecer os itens do objeto da prestação de serviços, conforme a demanda de encomenda da Contratante, respeitados os prazos fixados nos artefatos do presente certame;

7.4.2. Executar o serviço respeitando, integralmente, as especificações constantes nos artefatos para cada item por ela arrematado, observada a técnica eleita para personalização de cada objeto.

7.4.3. Serão de responsabilidade da Contratada todos os valores referentes aos tributos incidentes sobre o fornecimento, além das despesas com o transporte e entrega dos objetos, devendo esses valores constarem

da sua proposta no valor final de cada item.

7.4.4. Entregar cada objeto embalado individualmente.

7.4.5. Respeitar estritamente os prazos de entrega especificados no Termo de Referência.

7.4.6. Responder prontamente às requisições de serviços, que serão feitas, em regra, por meio do e-mail do Gabinete da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (emerjgab@tjrj.jus.br; emerjeventos@tjrj.jus.br).

7.4.7. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

7.4.8. Comunicar à contratante, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.4.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à EMERJ e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços;

7.4.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento a Ata de Registro de Preços.

7.4.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

7.4.12. A executora do serviço não poderá se valer da presente prestação de serviço para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da Contratante.

7.4.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

7.4.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

8. DO MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1.1. O serviço deverá ser executado em respeito às cláusulas avençadas e às normas da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal indicado, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações à executora do serviço para a sua correção, no prazo de 7 (sete) dias.

8.3. O fiscal informará, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.4. No caso de ocorrências que inviabilizem a execução do serviço nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente à unidade requisitante.

8.5. O gestor da prestação do serviço, representante da unidade requisitante, assim como seu substituto, acompanhará a contratação em todas as suas fases, do planejamento à execução da ata e coordenará as atividades relacionadas à sua fiscalização.

8.6. O fiscal promoverá a fiscalização da ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e exigindo as medidas corretivas necessárias, e acompanhará o desenvolvimento da ata, conferindo sua execução e atestando os documentos pertinentes, podendo ainda sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja segundo os termos contratuais.

8.7. Eventual ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização pelo Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas.

8.8. O gestor da prestação do serviço tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pela unidade requisitante que irá apurar o resultado da execução do objeto em consonância com as especificações deste termo de referência.

9.2. Após a aceitação provisória do objeto decorrente da avaliação dos serviços executados, o prestador do serviço emitirá nota fiscal com o valor correspondente ao serviço dimensionado, quando então serão os serviços recebidos definitivamente, mediante o atesto no respectivo documento pelo fiscal e o fiscal substituto ou, na ausência destes, o gestor e/ou gestor substituto da contratação.

9.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. A executora do serviço fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, apontadas no recebimento provisório.

9.5. A nota fiscal será emitida pela executora discriminando os serviços executados e com CNPJ idêntico ao descrito na proposta, e será enviada ao endereço eletrônico informado pela EMERJ, devendo estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme documentos elencados, sob pena de recusa pela EMERJ.

a) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

b) Certidão Negativa de Débito do INSS (CND), podendo ser apresentada por meio da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 2 de outubro de 2014;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.6. O pagamento da nota fiscal deverá ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do 1º (primeiro) dia subsequente a data da autuação do respectivo processo administrativo, por meio de crédito em conta-corrente no Banco Bradesco S.A., podendo ser substituído por outro banco contratado pelo PJERJ.

9.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão EMERJ;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à EMERJ;

9.9. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da EMERJ.

9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a EMERJ deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12. Persistindo a irregularidade, a EMERJ deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.14. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

9.15. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

10. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

10.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

10.1.1. A contratação realizar-se-á por Sistema de Registro de Preços por Dispensa de Licitação, na modalidade eletrônica, com formalização por Ata de Registro de Preços e fornecimentos sob demanda, na forma do art. 1 do Ato Normativo TJ 02/2023 e o inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o critério de seleção por menor preço.

10.2. Consórcio

10.2.1. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, tendo em vista o baixo valor dos lotes e a baixa complexidade do objeto a ser contratado.

10.3. Cooperativas

10.3.1. Será permitida a participação de cooperativas, ao apresentarem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. Exigências de Habilitação

10.4.1. Para fins de habilitação, considerando que o prazo de entrega/execução do objeto contratado é de até 10 (dez) dias corridos, considerado como de entrega imediata pela Lei n.º 14.133/2021, entendemos ser dispensada a exigência de qualificação técnica e econômico- financeira, com fulcro no inciso III, do art. 70, da Lei nº 14.133/2021, restando ao interessado comprovar os seguintes requisitos:

10.4.1.1. Habilitação Jurídica

a) pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) filial, sucursal ou agência de sociedade simples, ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples, ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio, ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio, ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- h) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4.1.1. Disposições gerais sobre habilitação

- a) Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- b) Na hipótese de o prestador ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que o substitua, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- c) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- d) Se o prestador for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o prestador for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- e) Serão aceitos registros de CNPJ de prestador, matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Orçamento Estimado

1.1.1. A estimativa será realizada concomitantemente à seleção da proposta mais economicamente vantajosa e considerar-se-á como parâmetro válido para aferição de preços de mercado os próprios preços de mercado apresentados durante a fase de disputa eletrônica, na forma do artigo 5º do Ato Normativo n.º 02/2023.

11.1.2. Incluem-se na estimativa de preços dos serviços: tributos, tarifas e emolumentos, encargos sociais, trabalhistas, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e demais custos que envolvem o serviço de personalização.

11.2. Reajustamento

11.2.1. Após o interregno de 12 (doze) meses contados da data-base definida no instrumento convocatório, os preços registrados serão reajustados automaticamente, de ofício, por IPCA, mediante apostilamento, aplicável às obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade.

11.2.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

11.2.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora contratado correrão à conta do Código de Despesa **3390.39**, Programa de Trabalho **0362.02.061.0142.2296**, do Orçamento da EMERJ.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS SANÇÕES

13.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções nos termos dos artigos 156 e 162 da referida lei.

13.2. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Pelas infrações a seguir elencadas, a EMERJ aplicará as sanções de acordo com os graus, correspondências, descrições e incidências ora estabelecidas, assegurada a possibilidade de aplicação cumulativa das sanções, conforme o § 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.1. As infrações descritas nas tabelas a seguir não são exaustivas, pelo que na hipótese de ocorrência de eventuais infrações ali não indicadas, bem como de reincidência, estas serão avaliadas pela Divisão de Contratos e Convênios (DILIC).

13.3.1.1. Sanções específicas para esta contratação:

13.3.1.1.1. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração, na aplicação das sanções previstas no subitem acima, orientar-se-á pela gradação estabelecida nas tabelas abaixo, que trazem hipóteses de incidência de penalidades relacionadas a possíveis descumprimentos contratuais.

a) TABELA 1 – GRAU DE CORRESPONDÊNCIA DA SANÇÃO APLICÁVEL

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
Leve	Advertência (nas duas primeiras infrações).
Média	Multa no percentual de até 0,1% (um décimo por cento), por incidência, sobre o valor do contrato celebrado (a partir da terceira infração).
Grave	Advertência cumulada com multa no percentual de até 0,2% (dois décimos por cento), por incidência, sobre o valor do Contrato.
Muito Grave	Advertência/Impedimento de licitar e contratar (a depender do caso concreto) cumulada ou não com multa no percentual de até 0,5% (meio por cento), por incidência, sobre o valor do contrato licitado.

b) TABELA 2 – DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO, GRAU E INCIDÊNCIA

N.º	CORRESPONDÊNCIA	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não atender os chamados do contratado no horário de atendimento, inclusive telefônico e on-line.	Leve	Por ocorrência
2	Executar suas obrigações de modo incompleto, paliativo, provisório, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	Média	Por ocorrência
3	Atrasar a prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela contratante.	Média	Por ocorrência
4	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada e regular.	Média	Por ocorrência
5	Não apresentar os documentos para pagamento ou os relatórios previstos.	Média	Por ocorrência
6	Cobrar valores além do contratado.	Média	Por ocorrência
7	Entregar o objeto da execução do serviço com atraso sem justificativa válida.	Grave	Por dia de atraso
8	Deixar de entregar o objeto da execução do serviço contratado.	Muito grave	Por ocorrência

14. DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DOS ANEXOS

15.1. Compõe(m) este Termo de Referência o(s) seguinte(s) anexo(s):

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Foto da camisa personalizada

Anexo III – Artes e arquivo de fonte TrueType da camisa personalizada

Anexo IV – Logomarca EMERJ para fins de personalização

Anexo V – Modelo Proposta de Preços

Anexo VI – Minuta Ata de Registro de Preços

Anexo VII – Formulário de Avaliação de Amostras.

ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA DOS SANTOS

Chefe de Gabinete do Diretor-Geral

Unidade Requisitante



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA DOS SANTOS**, **Chefe de Gabinete**, em 30/10/2025, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www10.tjrj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **11858984** e o código CRC **A23C867D**.
